

A implantação das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Odontologia no Brasil: algumas reflexões

A universidade deve estar fundada na investigação livre e desinteressada, sendo o local por excelência da convivência com o saber.

Cristiane Lopes Simão Lemos*

* Docente da Faculdade de Odontologia do Centro Universitário UniEvangélica. E-mail: cristianesimao@terra.com.br.

RESUMO

Esse texto problematiza a passagem do modelo rígido do currículo mínimo para a proposta mais flexível das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação de Odontologia. Esta passagem pode ser considerada um avanço, mas de todo modo não é garantia substancial de mudança. Isso porque muitas propostas curriculares inovadoras acontecem apenas no papel, tornando-se letras mortas que em nada mudam a realidade do ensino. Um novo currículo na Odontologia exige mudança das concepções e práticas e o repensar sobre o verdadeiro sentido do ensino superior.

DESCRITORES

Currículo, tendências. Educação em Odontologia. Ensino superior.

“Retomando meu ponto de partida, eu ousaria dizer que não somos produtores de cultura somente porque somos economicamente ‘dependentes’, ou porque a tecnocracia devorou o humanismo, ou porque não dispomos de verbas suficientes para transmitir conhecimentos, mas sim porque a universidade está estruturada de tal forma que sua função seja: dar a conhecer para que não se possa pensar. Adquirir e reproduzir para não criar. Consumir em lugar de realizar o trabalho de reflexão. Porque conhecemos para não pensar, tudo quando atravessa as portas da universidade só tem direito à entrada e à permanência se for reduzido a um conhecimento, isto é, uma representação controlada e ma-

nipulada intelectualmente. É preciso que o real se converta em coisa morta para adquirir cidadania universitária.”⁵

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Odontologia, aprovadas em 6 de novembro de 2001, apontam novas orientações que devem ser necessariamente adotadas por todas as instituições do ensino superior do país. A última reforma curricular no curso de graduação em Odontologia aconteceu em 1982 e a possibilidade de mudanças curriculares vem ao encontro dos anseios de professores, alunos e dirigentes^{1,2}.

A passagem de uma política curricular que delimitava o número de disciplinas e conteúdos para um modelo mais flexível, com mais liberdade para as instituições organizarem os currículos, pode ser considerada um avanço, mas de todo modo não é garantia substancial de mudanças.

A reflexão sobre as reformas curriculares do curso de graduação de Odontologia deve ser encarada com seriedade, para não correremos o risco de elas se tornarem apenas letras mortas, que em nada mudam a realidade do ensino. A preocupação deve ir além da reorganização de conteúdos, disciplinas, cargas horárias e tempo de duração dos cursos. É necessário repensar o verdadeiro sentido dos cursos de Odontologia dentro do projeto universitário.

Nessa perspectiva é preciso resgatar o debate sobre o sentido do ensino universitário. Para que serve a

universidade? Kant¹¹ (1993), já no século XVIII, discutia o sentido da existência da universidade como espaço do cultivo da mais lúcida consciência e de busca incondicional da verdade, que para isso necessita da autonomia do pensamento e conseqüentemente da busca da razão. A compreensão do mundo físico e social e a produção de novas formas de existência coletiva devem ser sua principal preocupação. “Sendo uma instituição social, [...] afirma, torna real e expressa tudo isso pela mediação da razão, do acadêmico. Essa é sua forma de ser e operar.”⁸

A universidade *a priori* deve estar fundada na investigação livre e desinteressada, sendo o local por excelência de convivência com o saber. Entretanto historicamente ela tem servido a vários papéis. Em 1987, por exemplo, o relatório da OCDE* (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) atribuiu 10 funções principais à instituição universitária: educação geral pós-secundária, investigação, fornecimento de mão-de-obra qualificada, educação e treinamento altamente especializado, fortalecimento da competitividade da economia, mecanismo de seleção para empregos de alto nível através da credencialização, mobilidade social para os filhos e filhas das famílias operárias, prestação de serviços à região e à comunidade local, paradigmas de aplicação de políticas nacionais, preparação para os papéis de liderança social¹⁵.

Com fins tão contraditórios, a lógica da universidade como local do pensamento autônomo tem sido historicamente colocada em questão. As exigências do mercado e da sociedade muitas vezes têm prevalecido colocando em risco a razão de ser e de existir da universidade. Os cursos de graduação, e entre eles o de Odontologia, têm servido mais como profissionalização, treinamento de técnicas e repasses das últimas novidades da tecnologia do que propriamente momentos de construção do saber.

A REALIDADE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DE ODONTOLOGIA

No Parecer 840/70 de 11 de novembro de 1970, que aprovou o currículo mínimo do curso de Odontologia, já se colocava o caráter do ensino odontológico como eminentemente técnico e se alertava sobre a necessidade de uma formação acadêmica mais ampla:

“Sendo o ensino da Odontologia eminentemente técnico, seria de toda a conveniência que as escolas, ao compor o currículo pleno, incluíssem matérias de cultura geral, do domínio das ciências humanas, destinadas a alargar os horizontes intelectuais do profissional, integrá-lo melhor no contexto sócio-cultural do país e do mundo e prepará-lo para a liderança social que compete a todo universitário.”³

Passados 31 anos, a recente Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Odontologia (Parecer CNE/CES nº 1.300/01, aprovado em 06/11/2001) reafirma a necessidade de uma formação mais ampla, generalista, humanista, crítica e reflexiva. O perfil do formando egresso apontado pela nova lei é o seguinte:

“Cirurgião-dentista, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor técnico e científico. Capacitado ao exercício de atividades referentes à saúde bucal da população, pautado em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.”¹

O discurso oficial, desde a década de 1970, está bastante coerente com as atuais idéias pedagógicas e aparece como uma proposta potencialmente renovadora e sintonizada com os objetivos reais do ensino superior. Mas tais proclamações, entretanto, se não estiverem articuladas com uma política de graduação, construída por professores, alunos e administradores comprometidos com idéias e práticas realmente novas, que superem as velhas lógicas prevalentes no ensino superior, não passarão de retórica fácil e encantadora, muito comum nas normas oficiais.

Não basta estabelecer e difundir um determinado discurso ideológico. É necessário ir além de modificações quantitativas, acréscimos e deslocamentos de disciplinas e horas aulas, determinações de carga horária e elenco de matérias, comumente chamadas de reformas curriculares.

O currículo deve ser visto como uma práxis, uma realidade dialética, construída e superada continuamente por seus diferentes atores: alunos, professores, coordenadores. Sua natureza social e dinâmica implica que é uma realidade passível de verdadeiras mu-

* A OCDE é uma instituição intergovernamental, com sede em Paris, composta atualmente por 29 países (entre os quais Portugal, membro fundador), que comungam, como valores essenciais, a democracia política, o respeito pelos direitos do homem e a economia de mercado¹⁴.

danças dando-nos a possibilidade real de pensar e construir currículos diferentes dos existentes.

Mais importante que discussões sobre mudanças de conteúdos e carga horária, é compreender qual a relação que alunos e professores constroem em relação ao saber e inventar caminhos para a realização do projeto universitário como cultivo do pensamento, da crítica, da imaginação, da sensibilidade. Nesse sentido o ensino superior deve ensinar o aluno a pensar, a criar. Em um mundo marcado pelas diferenças urge a necessidade da formação de cidadãos que questionem a realidade instituída e pensem e criem novas formas de existência coletiva.

Nessa perspectiva há de se repensar as lógicas prevalentes atualmente no ensino de graduação da Odontologia. Muitos currículos propõem uma carga horária tão pesada que não há nem tempo para o estudo. Por outro lado, os conteúdos são dados como prontos e acabados, não há espaço para argumentação e para a dúvida. As aulas tornam-se espaços estéreis de idéias, marcadas pela repetição de informações a serem copiadas, memorizadas e repetidas por alunos. O professor privilegia o conhecimento dos modernos recursos tecnológicos (técnicas ou materiais de trabalho), buscando os “melhores” tratamentos para os pacientes e ignoram uma compreensão mais rigorosa dos saberes e práticas da Odontologia inseridos no projeto universitário.

O repasse de informações toma o lugar da reflexão e da produção do pensamento. A memorização é preferida ao debate e às discussões. A xerocópia dos cadernos dos alunos que retratam mais fielmente as falas dos professores durante as aulas torna-se o principal referencial teórico para os exames. Há uma desqualificação da teoria, pautada no princípio que o bom cirurgião-dentista é aquele que sabe fazer e domina uma boa técnica.

Um exemplo, que aqui será tomado como estudo de caso é a Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia (FOUFU)**, no estado de Minas Gerais. A carga horária do curso é de 4.110 horas, dividida em 2.745 horas de conteúdos práticos (66,78%) e 1.365 horas (33,21%) de conteúdos teóricos. Tais estimativas dão uma proporção de dois para um, ou seja, há quase duas vezes mais conteúdos práticos do que conteúdos teóricos. O impressionante é que somente a disciplina de Clínica Integrada concentra uma carga de 1.020 horas exclusivamente prática,

o que leva os alunos nos últimos anos de graduação a se dedicarem quase que exclusivamente à prática clínica.

Por outro lado, a distribuição semanal de aulas por período é a seguinte: 1) 28 aulas, 2) 33 aulas, 3) 33 aulas, 4) 39 aulas, 5) 40 aulas, 6) 40 aulas, 7) 40 aulas, 8) 34 aulas. Essa organização temporal, acrescida das diversas atividades de cada disciplina impõe os alunos à uma corrida frenética para cumprir todas as exigências do curso. São quatro anos corridos, onde não há tempo para a pesquisa, leitura, cultura, lazer. Na dissertação de mestrado de Lemos¹² (2003), um professor dessa faculdade diz:

“Outro fator que acontece na FOUFU é a falta de tempo para estudar. O aluno assiste aula, aula, aula... E não tem tempo para estudar... (Daí a necessidade de uma reforma curricular). Desse modo o aluno não se envolve com outras atividades como ir numa biblioteca, desenvolver outros trabalhos dentro da disciplina, fazer um levantamento bibliográfico, fazer um seminário ou mesmo estudar os assuntos relacionados com a disciplina no momento em que elas estão sendo oferecidas. Com isto o aluno assiste aula, ouve o que o professor fala e não estuda mais; pode ser que ele estude na véspera da prova, para conseguir os sessenta por cento da aprovação e só. (...). Acredito que a formação não esteja voltada somente para aprendizagem de técnicas, mas o fato da carga horária ser muito pesada favorece demais a questão da técnica.”

A ênfase nas atividades práticas aliadas à pesada carga horária semanal privilegia o tecnicismo do curso de graduação. Se não há tempo para o estudo, também não há para: a dúvida, a crítica, reflexão e mudança. Há espaço apenas para a reprodução de idéias e de técnicas. As aulas se tornam lócus de disseminação de resultados obtidos, informações e verdades a serem repassadas, socializadas e consumidas. A dimensão do trabalho intelectual perde-se e torna-se difícil alcançar o perfil do egresso proposto pelas Diretrizes Curriculares do curso de graduação: profissional crítico, reflexivo e transformador.

Por outro lado, os alunos também resistem às atividades do pensamento. Ficam muito mais satisfeitos com aulas que levam os conteúdos selecionados e repassados pelos professores, com modernos recursos educativos, sem muitos questionamentos. Sentem-se gratos com as disciplinas que disponibilizam aulas

**O currículo vigente da FOUFU foi aprovado em 1986 e encontra-se atualmente em fase de reformulação. A FOUFU foi objeto de estudo da dissertação de mestrado da autora.

para xerocópias. O exercício da vida intelectual não é fácil e exige o enfrentamento de dificuldades, de riscos, de frustrações, próprios da existência humana. Os alunos mais do que de problematizações e questionamentos estão à procura de verdades que afastem suas dúvidas e perplexidades. Para Coêlho⁶ (1998), os alunos:

“Esperam encontrar em seus cursos mestres que lhes transmitam certezas; que lhes ofereçam verdades a serem consumidas; que sejam complacentes com seu desejo infantil de conservar a posição privilegiada de centro das atenções; e, não exijam que, duvidando de suas certezas e rompendo com a imediatez do aqui e do agora, abracem o plano do universal, das idéias, e das articulações teóricas.”

Por que a negação da intelectualidade no ensino superior, por parte de professores e alunos? Para Chauí⁵ (2001), o ensino superior está voltado mais para conhecer do que para pensar***, porque a universidade está estruturada sobre o modelo da grande empresa capitalista, “tem o rendimento como fim, a burocracia como meio e as leis do mercado como condição”. Para essa autora, “a universidade, exatamente como a empresa, está encarregada de produzir incompetentes sociais, presas fáceis de dominação e da rede de autoridades”.

Nos cursos de graduação de Odontologia brasileiros esta realidade se expressa pela formação tecnicista, elitista e descontextualizada do contexto socioeconômico. Prepara-se o futuro cirurgião-dentista para ser um profissional com boa competência técnica e para atender o mercado privado caracterizado por pequena demanda de pacientes e superoferta de profissionais e ignora-se que a maioria dos brasileiros não têm acesso aos cuidados de Odontologia.

As estimativas atuais evidenciam que somente cerca de 30% população brasileira tem acesso regular, anual, a serviços odontológicos, públicos ou privados, mas apenas o contingente de renda acima de 10 salários mínimos poderia sustentar o custo da atenção odontológica privada de forma regular^{10,13}.

As políticas de expansão do ensino superior no país possibilitaram um crescimento explosivo dos cursos de Odontologia, que saltou de 90 cursos em 1996 para 165 cursos em 2003, resultando em uma superoferta de cirurgiões-dentistas⁴.

Por outro lado o mercado de trabalho tradicional da Odontologia tem sofrido mudanças radicais. Córdon⁹ (1997) afirma que as mudanças atuais no mundo do trabalho trazem efeitos desestruturantes na cultura tradicional da Odontologia, seja por efeito das próprias leis da oferta e procura, da publicidade ou propaganda (o “marketing”), seja pelo aparecimento das empresas de grande porte – as empresas de Saúde Bucal, que na verdade respondem a uma forma explícita de reproduzir o capital no interior de uma prática liberal ainda “artesanal” e de pouca eficiência gerencial.

A pequena demanda de pacientes, o grande número de profissionais, as mudanças no mundo do trabalho do cirurgião-dentista geram a denominada crise do mercado profissional da prática liberal da Odontologia, na qual o cirurgião-dentista com formação estritamente técnica terá muitas dificuldades de sobreviver.

Além disso, outro grande problema é a inserção dos 70% da população que nunca foram ao cirurgião-dentista ou tem acesso irregular à atenção odontológica. O grande número de profissionais não causa impacto na melhora da saúde bucal no Brasil, pois sua formação acadêmica não está estruturada de forma a coletivizar o atendimento à saúde. Atenção odontológica à população de baixa renda é considerada por muitos acadêmicos e profissionais da Odontologia como caridade e filantropismo.

Para Moysés¹³ (2004) a Odontologia está caminhando para rápido esgotamento do modelo que alimentou o ensino e prática para gerações de dentistas/professores até meados dos anos 1990. São milhares de profissionais da nova geração vivendo o efeito arrasador da ocupação precária, que favorece uma crescente “canibalização” profissional, fora mesmo dos regramentos de mercado (por exemplo, com graves desvios de ética corporativa). Do ponto de vista da ética maior, de inclusão social e sanitária, são milhões de brasileiros sem respostas aos seus problemas de saúde bucal. A mutilação bucal ou a falta de acesso aos serviços de qualidade é um sintoma da sociedade de exclusão e barbárie. O modelo de Odontologia ainda dominante, sob a lógica da competência técnica para o mercado privado e para ação “curadora”, não produz sujeitos políticos capazes de protagonizar novas aberturas para a sociedade e para a pro-

***Chauí⁵ (2001) aponta as diferenças entre conhecer e pensar. Conhecer é apropriar-se intelectualmente de um campo dado de fatos ou de idéias que constituem o saber estabelecido. Pensar é enfrentar pela reflexão a opacidade de uma experiência nova cujo sentido ainda precisa ser formulado e que não está dado em parte alguma, mas precisa ser formulado pelo trabalho reflexivo, sem outra garantia senão o contato com a própria experiência. O conhecimento se move na região do instituído; o pensamento, na do instituinte.

fissão.

Por isso, é de extrema relevância repensar o ensino superior de Odontologia. Não podemos continuar formando nem “presas fáceis” para um mercado “carnibalizado” e nem “canibais” para sobreviverem nele. Devemos vislumbrar um horizonte diferente, como nos diz Coêlho⁷ (1999):

“Com efeito, o desafio maior, que justifica a existência das instituições de ensino superior e confere dignidade ao trabalho de professores e estudantes, é a construção dos currículos, do ensino-aprendizagem, como formação humana e intelectual, formação de homens e mulheres capazes de enfrentar o trabalho intelectual, o mundo do fazer, da práxis, sem abandonar a dimensão do pensamento, da crítica, da liberdade, da democracia, da igualdade, da justiça, da solidariedade, da fraternidade, da ética, da criação do novo, do sonho, da utopia.”

Um novo amanhã no ensino superior está nas mãos de todos os atores que fazem parte do projeto universitário. Professores, alunos, coordenadores, servidores necessitam abrir suas mentes para as possibilidades reais das Diretrizes Curriculares se tornarem um projeto de ensino novo e comprometido com a sociedade. Mais do que as reformas tradicionais de currículo que na verdade nada mudam na prática, precisamos entender que: pensar e reformar um currículo implica em pensar e recriar o curso, a graduação, a universidade, a política educacional concreta, em suas idéias, opções e práticas. O currículo necessita ser repensado em sua construção histórica, como uma realidade dialética e contraditória, construída e reconstruída continuamente. Ações que envolvam toda a comunidade acadêmica devem ser articuladas, superando a preocupação com os meios em benefício dos fins da educação superior.

CONCLUSÕES

Mais importante que discutir o currículo do ponto de vista burocrático e legal, é repensar o real sentido da vida acadêmica, que professores e alunos constroem em relação ao saber e à vida cotidiana. Como o espaço curricular é contraditório e não é uma realidade estática é possível construí-lo de maneira diferente do hoje. Para isso são necessários novas concepções, novas idéias, novos professores, novos alunos, que acreditem no novo, que estejam abertos às transformações e ao inesperado, que imaginem uma realidade diferente da que existe hoje, pois

“ao contrário do que a filosofia e as ciências nos levaram a crer, em sua histórica desconfiança e desprezo para com a imaginação, o irreal também é uma dimensão do real. Produzindo o imaginário, o homem se afirma e se constrói como ser livre.”⁸

ABSTRACT

The implementation of National Curricular Guidelines for Undergraduate Courses of dentistry in Brazil: some thoughts

The change of the rigid model of the minimum curriculum in undergraduate programs of dentistry to the more flexible proposal of the National Curricular Guidelines for Dentistry Undergraduate Courses can be considered an advance. Still, it is not a substantial guarantee of changes. This is mostly because many innovative curricular proposals happen only in theory, not in reality. Some of them become written promises which do not change the reality of the educational process. A new curriculum in undergraduate programs of dentistry demands changes of practices and concepts, and a true rethinking about the meaning of higher education.

DESCRIPTORS

Curriculum, trends. Education, dental. Education, higher. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Brasil. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Farmácia e Odontologia. Parecer CNE/CES nº 1.300/01, aprovado em 6 de novembro de 2001. [citado 2002 Jan 03]. Disponível em: URL: www.mec.gov.br.
2. Brasil. Proposta do novo Currículo Mínimo para o Curso de Graduação em Odontologia. Parecer nº 370/82, aprovado em 9 de julho de 1982. Brasília: Documenta 1982;260:46-54.
3. Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Superior. Currículo Mínimo do Curso de Graduação em Odontologia. Parecer nº 840/70, aprovado em 11 de novembro de 1970. Brasília: Documenta 1970;120:191-7.
4. CFO, Conselho Federal de Odontologia [citado 2003 Nov 02]. Disponível em: URL: <http://www.cfo.org.br>.
5. Chauí MS. Escritos sobre a universidade. São Paulo: UNESP; 2001.
6. Coêlho IM. Diretrizes Curriculares e ensino de graduação. Estudos 1998;16(22):7-20.
7. Coêlho IM. Do currículo mínimo às diretrizes curriculares: a mudança necessária. Estudos 1999;17(25):7-16.
8. Coêlho IM. Ensino de graduação: a lógica de organização do currículo. Educação Brasileira 1994;16(33):43-75.
9. Córdon J. A transformação do paradigma giesiano, até hoje

- hegemônico na formação e organização da prática odontológica através de uma avaliação inovadora, crítica e científica. *Jornal do Conselho Federal de Odontologia* 1997;4-5.
10. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [citado 2003 Out 29]. Disponível em: URL: <http://www.ibge.go.br/home/estatistica/populacao/trabalhorendimento/pnad98/saude/sb11.shtm>.
 11. Kant I. O conflito das faculdades. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70; 1993.
 12. Lemos CLS. Saberes e práticas curriculares: um estudo do curso de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia [Dissertação de Mestrado em Educação]. Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia; 2003.
 13. Moysés SJ. Políticas de saúde e formação da força de trabalho em Odontologia. *Rev ABENO* 2004;4(1):30-7.
 14. OCDE. Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico [citado 2004 Mai 09]. Disponível em: URL: <http://www.dgvei.pt/OCDE.htm>.
 15. Santos BS. *Pelas mãos de Alice*. São Paulo: Cortez; 1994.

Accito para publicação em 12/2004

**Atenção,
autores!**

Já é possível enviar seu artigo
para publicação na
revista da ABENO através do site:
www.abeno.org.br/revista/trabalho

Aproveite essa facilidade e mande seu trabalho!